

**Banco do Povo – Crédito Solidário**

**Demonstrações Contábeis acompanhadas do  
Relatório dos Auditores Independentes**

**Em 31 de dezembro de 2012.**

# Índice

	<b>Página</b>
Relatório dos auditores independentes	3
Demonstrações contábeis	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011	9

# Relatório dos auditores independentes

Grant Thornton Auditores Independentes  
Av. Paulista, 37 - 1º andar  
Edifício Parque Cultural Paulista | Bela Vista  
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100  
F +55 11 3887.4800  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos:  
Administradores e Conselheiros do  
Banco do Povo – Crédito Solidário  
Santo André – SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco do Povo – Crédito Solidário (Associação) compreendendo o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do superavit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Banco do Povo – Crédito Solidário é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

## Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzidas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Associação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Povo – Crédito Solidário em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

São Paulo, 08 de abril de 2013.



Ana Cristina Linhares Areosa

Contadora CRC RJ-081.409/O-3 “S” – SP

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1

## Banco do Povo – Crédito Solidário

### Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	2012	2011	PASSIVO	2012	2011
<b>Ativo circulante</b>			<b>Passivo circulante</b>		
Caixas e equivalentes de caixa (Nota nº 3)	882	12	Fornecedores	5	4
Operações de créditos (Nota nº 4)	4.056	3.293	Empréstimos e financiamentos (Nota nº 6)	1.014	1.503
Outros créditos	5	37	Obrigações fiscais e previdenciárias	63	83
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>4.943</b>	<b>3.342</b>	Outras obrigações	1	25
			<b>Total do passivo circulante</b>	<b>1.083</b>	<b>1.615</b>
<b>Ativo não circulante</b>			<b>Passivo não circulante</b>		
Outros valores a receber	1	2	Empréstimos e financiamentos (Nota nº 6)	3.108	1.231
Depósito judicial (Nota nº 7)	4	4	Provisão para contingências (Nota nº 7)	4	4
	5	6	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>3.112</b>	<b>1.235</b>
<b>Imobilizado em uso (Nota nº 5)</b>			<b>Patrimônio líquido (Nota nº 8)</b>		
Imobilizado em uso	43	9	Patrimônio social	507	296
	43	9	Superavit do exercício	289	211
				796	507
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>48</b>	<b>15</b>			
			<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>4.991</b>	<b>3.357</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>4.991</b>	<b>3.357</b>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Maria Aparecida Demizu Takahashi  
 TC - CRC 1SP-054.429/O-0  
 CPF: 007.961.648-86

## Banco do Povo – Crédito Solidário

### Demonstrações do superávit para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>Receita operacional bruta</b>		
Receita operacional	1.697	1.384
Juros de mora ativos	32	46
Outras receitas (Nota nº 9)	207	196
	----- 1.936	----- 1.626
<b>Custos operacionais</b>		
Pessoal (Nota nº 10.a)	(568)	(419)
Captação de recursos (Nota nº 10.b)	(207)	(219)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa (Nota nº 10.c)	(58)	(35)
Outros custos	(91)	(88)
	----- (924)	----- (761)
<b>Superavit operacional líquido</b>	----- 1.012	----- 865
<b>Outras receitas/ (despesas) operacionais</b>		
Pessoal (Nota nº 11.a)	(368)	(417)
Despesas administrativas (Nota 11.b)	(274)	(175)
Despesas tributárias	(4)	(4)
	----- (646)	----- (586)
<b>Resultado operacional antes dos efeitos financeiros</b>	----- 366	----- 279
Despesas financeiras	(80)	(68)
Receitas financeiras	3	10
<b>Resultado financeiro líquido</b>	----- (77)	----- (58)
<b>Superavit do exercício</b>	----- <u>289</u>	----- <u>221</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

Maria Aparecida Demizu Takahashi  
 TC - CRC 1SP-054.429/O-0  
 CPF: 007.961.648-86

## Banco do Povo – Crédito Solidário

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos e 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Superávit dos exercícios</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	438	(142)	296
Transferência patrimonial	(142)	142	-
Superavit do exercício	-	211	211
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	----- 296	----- 211	----- 507
Transferência patrimonial	211	(211)	-
Superavit do exercício	-	289	289
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	----- <u>507</u>	----- <u>289</u>	----- <u>796</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Banco do Povo – Crédito Solidário

### Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<b>Atividades operacionais</b>		
Superavit do exercício	289	211
(+) Depreciação e amortização	10	10
(+) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	58	35
<b>(=) Superavit ajustado</b>	<u>357</u>	<u>256</u>
<b>Decréscimo/ (acrécimo) em ativos e passivos</b>		
Operações de crédito	(821)	(761)
Outros créditos	32	(24)
Depósito judicial	-	89
Outros valores a receber	2	(1)
Fornecedores	1	(8)
Obrigações fiscais e previdenciárias	(20)	30
Outras obrigações	(24)	13
Provisão para contingência	-	(89)
<b>Fluxo de caixa utilizado nas atividades operacionais</b>	<u>(473)</u>	<u>(495)</u>
<b>Atividades de investimento</b>		
Aquisições no imobilizado	(44)	-
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	<u>(44)</u>	<u>-</u>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Empréstimos e financiamentos	1.387	371
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	<u>1.387</u>	<u>371</u>
<b>Aumento/ (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>870</u>	<u>(124)</u>
<b>Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa</b>		
Saldo existente no início do exercício	12	136
Saldo existente no final do exercício	882	12
<b>Aumento/ (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>870</u>	<u>(124)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

São Paulo, 31 de dezembro de 2012.

\_\_\_\_\_  
 Maria Aparecida Demizu Takahashi  
 TC CRC 1SP-054.429/O-0



# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

**1.1. Banco do Povo – Crédito Solidário (Associação), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) com fins não econômicos, de natureza assistencial, com sede e foro no Município de Santo André, Estado de São Paulo, tendo seus atos de constituição arquivados no 1º Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Santo André em 12/05/1998, com sua última alteração ocorrida em 25/05/2012.**

**1.2. O Banco do Povo – Crédito Solidário tem por objetivo:**

- Facilitar o acesso de pequenos e micro-empresendedores, associados ou não, a crédito financeiro, visando o crescimento e a consolidação de empreendimentos de pequeno porte, formais ou informais, a fim de fomentar o desenvolvimento sócio-econômico equilibrado;
- Promover pesquisas relacionadas ao previsto no parágrafo anterior;
- Proporcionar consultorias técnicas a outras instituições que possuam os mesmos objetivos no país ou no exterior.

**1.3. A Assembleia Geral, órgão máximo de deliberação do Banco do Povo – Crédito Solidário, atualmente é formado por:**

- Três representantes da Prefeitura de Santo André;
- Um representante da Associação Comercial e Industrial de Santo André;
- Um representante do Sindicato dos Bancários do ABC ou Sindicato dos Metalúrgicos do ABC;
- Três representantes da Prefeitura de Mauá;
- Dois representantes da Prefeitura de Diadema;
- Um representante da Prefeitura de Ribeirão Pires;
- Dois representantes da Associação Padre Leo Comissari e Diocesana de Santo André.

Cada representante possui direito a um voto na Assembleia Geral.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas

### 2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, as quais abrangem as normas NBCT1000 e ITG 2002 aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis da Associação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram autorizadas para emissão em reunião realizada pelos membros do Conselho de Administração em 26 de março de 2013.

### Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em real e foram arredondadas para milhar, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.2. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

#### a) Apuração do resultado

Todas as receitas e as despesas estão demonstradas, obedecendo ao regime de competência.

#### b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

#### c) Operações de crédito

Estão avaliadas no momento inicial pelo valor de concessão, somados as tarifas de abertura de crédito e posteriormente atualizadas pela taxa de juros da transação.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização das operações de crédito.

O critério padrão para cálculo do valor a ser lançado na conta Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é o modelo sugerido e adotado pelo Ministério do Trabalho e Emprego - Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, apurado por meio do valor da carteira vigente atual, o valor da carteira vigente médio dos últimos 24 (vinte e quatro) meses e o valor de perda efetiva médio dos últimos 24 (vinte e quatro) meses. Caso haja parcelas vencidas há mais de 180 dias, o correspondente saldo do contrato é baixado permanentemente para o resultado.

**d) Imobilizado**

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção e deduzido da respectiva depreciação acumulada. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 5.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**e) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Associação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**f) Estimativas contábeis**

Na preparação das demonstrações contábeis são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como: provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências e depreciação do ativo imobilizado. Os resultados a serem apurados quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento destas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações.

**g) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- i) **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa;
- ii) **Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e/ ou divulgados;

**iii) Obrigações legais:** são registradas como exigíveis independentes da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

#### **h) Instrumentos financeiros**

Instrumentos financeiros não derivativos incluem operações de crédito e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, bem como contas a pagar e outras dívidas.

##### **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e freqüente de negociação no curto prazo. É designado pela Associação, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado.

##### **Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento**

Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Associação tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

##### **Empréstimos e recebíveis**

São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Associação compreendem as operações de crédito, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

##### **Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivativos referem-se a captações de empréstimos.

Estes passivos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescidos dos custos de transação incorridos e são subsequentemente avaliados pelo seu custo amortizado, com base no método da taxa de juros efetiva.

Da mesma forma, portfólios de operações de crédito e adiantamentos cedidos com cláusula de coobrigação são mantidos no balanço e uma obrigação é registrada considerando o montante captado. Os ganhos e perdas apurados nas operações de cessão com coobrigação são reconhecidos no resultado ao longo do prazo das operações por meio do método da taxa efetiva de juros.

### i) Demonstração dos fluxos de caixa

A Administração da Associação apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associadas com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

Estão compostos da seguinte forma:

Descrição	2012	2011
Banco conta movimento e caixa	163	10
Aplicações financeiras (*)	719	2
<b>Total</b>	<b>882</b>	<b>12</b>

(\*) São representadas por operações de aplicação automática do Banco Itaú S/A, aplicação Invest Plus do Banco Bradesco e pela aplicação BB CP 50 mil do Banco do Brasil S/A, a remuneração média dessas aplicações durante o exercício acompanharam a rentabilidade do CDI.

### 4. Operações de crédito

O saldo do grupo de contas de operações de crédito está composto da seguinte forma:

Descrição	2012	2011
<b>Empréstimos</b>		
Carteira própria	4.510	3.670
( - ) Juros a apropriar	(449)	(374)
( - ) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5)	(3)
	<b>4.056</b>	<b>3.293</b>

Esta rubrica compreende os créditos concedidos a título de empréstimos destinados ao atendimento da necessidade de capital de giro (limitado ao máximo de R\$8 e prazo de pagamento máximo de 12 meses), de investimentos (limitado ao máximo de R\$ 15 e prazo de pagamento até 24 meses) e de desconto de cheques e de títulos (limitado ao máximo de R\$ 5 e prazo de pagamento de até 2 meses).

Os encargos sobre os empréstimos concedidos e desconto de cheques e títulos possuem taxa de juros de 3,9% a.m.

No exercício de 2012 foram registradas perdas com operações de crédito no montante de R\$ 58 (R\$ 35 em 2011), conforme Nota Explicativa nº 10.c..

Vide movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa durante o exercício de 2012:

	2011	Constituição de provisão	Baixas	2012
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3	58	(56)	5
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>58</b>	<b>(56)</b>	<b>5</b>

## 5. Imobilizado

O ativo imobilizado da Associação está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente em suas atividades. O saldo do ativo imobilizado está composto da seguinte forma:

Descrição	% – Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	2012	2011
Veículos	20	35	5	30	-
Móveis e utensílios	10	11	6	5	4
Instalações	10	12	12	-	-
Equipamentos de informática	20	57	49	8	5
		<b>115</b>	<b>72</b>	<b>43</b>	<b>9</b>

A movimentação do imobilizado em 2012 pode ser assim apresentada:

Descrição	2011	Adições	Baixas	Depreciação do exercício	2012
Veículos	-	35	-	5	30
Móveis e utensílios	4	2	-	1	5
Equipamentos de informática	5	7	-	4	8
	<b>9</b>	<b>44</b>	<b>-</b>	<b>10</b>	<b>43</b>

## 6. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Remuneração	2012	2011
Empréstimo Resolução nº 511/2006 do CODEFAT – Caixa Econômica Federal <b>(a)</b>	5% a.a. + TJLP	63	156
Antecipação de recebíveis com coobrigação – Banco Itaú <b>(b)</b>	De 0,8% a.m. a 1,25% a.m.	868	864
Antecipação de recebíveis com coobrigação – Banco Bradesco <b>(c)</b>	-	75	-
BNDES Solidário <b>(d)</b>	0,9% a.a. + TJLP	3.116	1.514
Casa Empreendedor <b>(e)</b>	-	-	200
		<b>4.122</b>	<b>2.734</b>
Parcela circulante		1.014	1.503
<b>Parcela não circulante</b>		<b>3.108</b>	<b>1.231</b>

## Composição dos empréstimos por vencimento

Vencimentos	2012	2011
Até 12 meses	1.014	1.503
Vencimentos em 2015	298	231
Vencimentos em 2016	1.078	500
Vencimentos em 2017	1.078	500
Vencimentos em 2018	654	-
<b>Total</b>	<b>4.122</b>	<b>2.734</b>

- (a) A captação de empréstimo obtido junto à Caixa Econômica Federal foi liberada em duas “tranches”, no montante de R\$ 84 e R\$ 210, com período de carência para pagamento do principal por seis meses, contados a partir da liberação dos recursos que ocorreram em julho e agosto de 2009, respectivamente. Após o período de carência a operação será amortizada em 48 parcelas mensais. Esta operação foi realizada no âmbito da Resolução nº 511/2006 do CODEFAT, com utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Em função da origem do crédito é exigido contratualmente que os recursos captados sejam repassados na modalidade de crédito a empreendedores populares e caso não haja o cumprimento destas cláusulas contratuais, será aplicado a título de penalidade a caracterização da operação como CDC, e esta passará a ser remunerada a taxa efetiva anual de 31,68%;
- (b) A operação de antecipação de recebíveis realizada junto ao Banco Itaú possui vencimentos previstos até o mês de abril de 2013. Esta operação foi realizada com coobrigação do Banco do Povo caso ocorram atrasos nas liquidações dos recebíveis;
- (c) A operação de antecipação de recebíveis realizada junto ao Banco Bradesco S/A possui vencimentos previstos até o mês de março de 2013. Esta operação foi realizada com coobrigação do Banco do Povo caso ocorram atrasos nas liquidações dos recebíveis;
- (d) A captação de empréstimo obtido junto ao BNDES foi liberada em duas “tranches”, no montante de R\$ 688 e R\$ 812, com período de carência para pagamento do principal por vinte e quatro meses, contados a partir da liberação dos recursos que ocorreram em março e maio de 2010, respectivamente. Após o período de carência a operação será amortizada em 36 parcelas mensais.

No ano de 2012 houve nova captação de empréstimo obtido junto ao BNDES foi liberada em duas “tranches”, no montante de R\$ 1.000 e R\$ 733 com período de carência para pagamento do principal por vinte e quatro meses, contados a partir da liberação dos recursos que ocorreram em novembro e dezembro de 2012, respectivamente. Após o período de carência a operação será amortizada em 36 parcelas mensais.

Em maio de 2012 houve uma prorrogação da amortização do principal do empréstimo efetuado no ano de 2010 por 36 (trinta e seis) meses, mantendo as demais condições do contrato;

- (e) A captação de empréstimo obtido junto à Casa do Empreendedor foi liberada em única “tranche”, no montante de R\$ 200, sem período de carência para pagamento do principal, em dezembro de 2011. A operação será amortizada em única parcela no mês janeiro de 2012.

## 7. Contingências

Durante o curso normal de suas atividades, a Associação está exposta a certas contingências e riscos. Em 31 de dezembro de 2012 a Associação possui processos trabalhistas classificados como risco de perda remota; e há depósito caução de aluguéis de imóveis das unidades no montante de R\$ 4, os quais estão suportados por depósitos bancárias nas contas correntes dos proprietários dos imóveis alugados, e cuja devolução se fará no término do contrato de locação.

## 8. Patrimônio Líquido

### Patrimônio social

O patrimônio social da Associação em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é constituído pelo aporte financeiro de seus associados, por empréstimos de agências de financiamento e por doações recebidas, acrescido/ (reduzido) dos superávits/ (déficits) acumulados.

Conforme o Estatuto Social da Associação, em nenhuma hipótese os aportes financeiros feitos pelos associados lhes serão devolvidos (Artigo 5º, § 4º do estatuto), exceto nos casos em que o convênio não seja concretizado. Estes recursos destinam-se exclusivamente à concessão de créditos.

#### **9. Outras receitas**

As outras receitas no montante de R\$ 207 (R\$ 196 em 2011), referem-se substancialmente a doações recebidas do exterior R\$184 (R\$ 176 em 2011) e recuperações de créditos e despesas R\$ 23 (R\$ 13 em 2011).

#### **10. Custos operacionais**

##### **a) Pessoal**

O saldo de custos com pessoal R\$ 568 (R\$ 419 em 2011), referem-se substancialmente a custos com salários e ordenados, encargos sociais e benefícios concedidos aos colaboradores que atuam nas áreas operacionais da Associação.

##### **b) Captação de recursos**

Os valores relacionados a custos com captação de recursos no montante de R\$ 207 (R\$ 219 em 2011) contemplam, substancialmente, a juros sobre empréstimos e sobre operações de desconto de títulos junto a instituições financeiras privadas.

##### **c) Perdas com empréstimos**

No exercício de 2012 foram registradas perdas com operações de crédito no montante de R\$ 58 (R\$ 35 em 2011).

#### **11. Outras despesas operacionais**

##### **a) Pessoal**

O saldo de despesas com pessoal R\$ 368 (R\$ 417 em 2011), referem-se substancialmente a despesas com salários e ordenados, encargos sociais e benefícios concedidos aos colaboradores que atuam nas áreas administrativas da Associação.

##### **b) Despesas administrativas**

O saldo despesas administrativas no montante de R\$ 274 (R\$ 175 em 2011), referem-se substancialmente a serviços de consultoria e assessoria, serviços contábeis e viagens e representações.

#### **12. Gestão de riscos**

##### **Considerações gerais e políticas**

A Associação possui uma política formal para gerenciamento de riscos, cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria, que se utiliza de instrumentos de controle por meio de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos.



**Risco de liquidez**

É o risco que a Associação irá encontrar em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa, aplicações financeiras suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

**Risco de crédito**

O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento de valores contratados. O risco de crédito é reduzido, em virtude de procedimentos de avaliação de contas correntes e em aplicações financeiras mantidas em instituições financeiras.

**13. Partes relacionadas****Remuneração de administradores**

Os administradores da Associação são remunerados por meio de salários e registrados sob regime CLT, que estão apresentados na rubrica “Despesas de pessoal”, em 2012 o total de remuneração foi R\$ 130( R\$ 111 em 2011) . Não há remuneração, direta ou indireta de conselheiros.

A Administração da Associação não possui planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo para a diretoria e Administração.

**14. Seguros**

A Associação possui seguros contratados em vigor em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, considerados pela Administração, suficientes para a cobertura de seus ativos e dos seus riscos operacionais. As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores da Associação.

\* \* \*

**Conselho de Administração**

**Dirigentes do Conselho de Administração**

**Presidente do Conselho de Administração**  
**Luiz Silvério Silva**

**1º Vice-presidente do Conselho de Administração**  
**Eric Nilson Lopes**

**2º Vice-presidente do Conselho de Administração**  
**Anderson Guimarães da Silva**

**Membros Titulares do Conselho de Administração**

Rodolfo Henrique Del Grego  
Josephina Irene Cardelli  
Maria do Carmo Romeiro (Notório Saber)  
Gustavo Adolfo Galati de Oliveira (Notório Saber)

**Suplentes do Conselho de Administração**

José Paulo da Silva Nogueira  
Ailton Galdino de Almeida  
Ricardo Balistiero

**Membros do Conselho Fiscal**

Aleto José de Souza  
Celso Carlos da Silva  
Eurides Batista Pudo

**Conselho Consultivo**

Coordenador: Hildo Soares de Souza  
Vera Lúcia Scudeiro Santana  
Marcelo Dantas Fonseca

**Suplentes do Conselho Consultivo**

Jerônimo de Almeida Neto  
Marta Regina Medeiros  
Luciana Nagy Vilela

**Gerência executiva**

**Diretor executivo**  
Almir da Costa Pereira

**Diretor administrativo e financeiro**

Fábio Maschio Rodrigues

**Contabilidade**

ECREL – Assessoria Empresarial  
José O. Tavares Júnior